



SEMIÓTICA DO DISCURSO: BALANÇO E PERSPECTIVAS*

SEMIOTICS OF THE DISCOURSE: BALANCE AND PERSPECTIVES

Jacques FONTANILLE
UNILIM – Universidade de Limoges

Resumo: Este artigo investiga a forma como o conceito de “discurso” é empregado por algumas correntes da análise do discurso e da semiótica de origem greimasiana. Após a identificação e a análise de algumas tendências epistemológicas na definição de “discurso”, são apresentados sumariamente os constituintes de uma semiótica do discurso orientada pela tensividade e pela sensibilidade.

Palavras-chave: semiótica greimasiana; semiótica tensiva; epistemologia; discurso; texto.

Abstract: This paper investigates the way in which the concept of “discourse” is used by some branches of the discourse analysis and the Greimassian semiotics. After the identification and the analysis of some epistemological trends in the definition of “discourse”, the constituents of a semiotics of the discourse guided for the tensivity and the sensitivity are presented summarily.

Keywords: greimassian semiotics; tensive semiotics; epistemology; discourse; text.

Um “balanço de etapa”

Esta apresentação atende a uma encomenda pouco habitual para mim, uma encomenda de Anne Hénault, encomenda lisonjeira e habilidosa, acompanhada de uma referência que souu como uma provocação por desafio: “Greimas nunca era tão brilhante quanto nos exercícios do gênero ‘balanço e perspectivas de ...’” – o que, normalmente, deveria dissuadir-me imediatamente de me arriscar nessa aposta. Mas, enfim, assim mesmo deixei-me entrar no jogo!

* N.T.: Este texto foi publicado à época de sua apresentação no sítio francês Horizon Sémiologie e está disponível em http://semiologie.net/doc/article/semio_discours_fontanille.pdf. Ele é fruto de uma conferência ministrada em 13 de março de 2007 no Metaseminário de Semiótica dirigido por Anne Hénault e Jean-François Bordron na Universidade de Paris IV (Sorbonne), cujo tema do ciclo 2006-2007 foi “A semiótica e o mundo sensível”. Tradução de Jean Cristus Portela e Matheus Nogueira Schwartzmann.

Na verdade, tenho por princípio – e por tendência natural – olhar sobretudo para frente, e proíbo-me de fazer eu mesmo a história dos fatos dos quais participei como ator. Considero que, caso essa história valesse a pena ser feita, não sou eu quem dela deveria se ocupar ... E, além disso, nada mais deprimente do que um balanço que poderia ser recebido como conclusivo: na verdade, espero também, se há história, que ela não tenha acabado.

Ademais, publiquei um livro que se intitula “Semiótica do discurso” (FONTANILLE, 2007) e, ao relê-lo, dou-me conta hoje de que ele próprio está atrelado a um conjunto de problemáticas precisamente datadas, aquelas do fim do século XX, no entrecruzamento de várias concepções da semiótica do discurso, ainda que nem sempre assuma claramente esse caráter de intersecção teórica e, sobretudo, os problemas suscitados por essas intersecções teóricas.

É verdade que o livro em questão apresenta-se como um “manual”, mas talvez a escolha do termo “manual” tenha sido também uma maneira de colocar entre parênteses as dificuldades insolúveis, as aporias e as confrontações. Não há nada mais teimoso do que uma aporia: ponham-na porta afora!

Esta breve apresentação não consistirá, portanto, em retomar as proposições desse livro para delas fazer uma avaliação específica, mas, sobretudo, em situar a semiótica do discurso na perspectiva das diferentes concepções que estiveram em sua origem e que, com ou sem razão, afrontaram-se durante vinte anos. Essa foi a única saída que encontrei para esquecer que tinha feito um livro sobre a semiótica do discurso e para centrar este balanço sobre os trabalhos de outrem!

Assim, se aqui há algum “balanço”, este não constituiria uma “história”, mas, sim, um “balanço de etapa”, para compreender em que ponto dessa questão estamos hoje, para compreender por que a noção de “discurso” é tão problemática e pôde ser um pretexto para afrontamentos mais ou menos amistosos, mas duráveis.

Várias semióticas do discurso?

Não irei retomar as diferentes acepções de “discurso” em ciências da linguagem¹, isso seria abrir uma caixa de Pandora suplementar. Já é suficiente, em matéria de complicações, examinar como as diferentes correntes semióticas apropriaram-se dessa noção. A maneira mais simples de abordar a questão é proceder semioticamente, isto é, encontrar as categorias sobre as quais essas diferentes correntes teóricas situam a noção de “discurso” e, nessas categorias, identificar as outras noções com as quais o discurso entra em contraste. Em suma, basta identificar o termo contrário de “discurso”. A que, para este ou aquele autor, a semiótica do discurso opõe-se? Sobre qual divisão teórica ou metodológica ela repousa? Ficará evidente que, seja qual for a clivagem específica sustentada para este ou aquele teórico, volta-se sempre, de alguma maneira, à relação entre “texto” e “discurso”.

- Análise de discurso (J. M. Adam, Dominique Maingueneau, etc.)

Para a “análise de discurso”, a divisão já se instaura, de fato, em relação à análise textual. A análise de discurso engloba a análise textual, dela alimenta-se, mas contribui mais do que ela. Texto e discurso distinguem-se principalmente pelo fato de que o segundo, diferentemente do primeiro, é ação e interação, mas também por sua respectiva relação com o contexto: um o exclui, o outro o integra. O contexto, no caso, é um conjunto extensível de dados, que pode se limitar à mera enunciação do texto, e à situação na qual essa enunciação

¹ Pode-se encontrar um inventário recente e atualizado sobre a noção de “discurso” no *Dicionário de análise do discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 168-172).

ocorre, mas que pode estender-se ao conjunto dos dados sociopsicológicos, ou ainda etnológicos, que podem contribuir para a interpretação do enunciado.

Essa concepção é severamente criticada pela semiótica greimasiana, pois a “adição” e a invocação pura e simples, *ad libitum*, do contexto, não dão conta de sua necessária semiotização prévia, e ignora que o conjunto “texto + contexto” só é pertinente se forma ele próprio um “todo de significação”, um “conjunto significante” cuja coerência é postulada pela análise.

- Semiótica greimasiana (Greimas, Courtés, etc.)

Para a semiótica greimasiana “standard” dos anos 1970-1980, o discurso corresponde à camada superficial do percurso gerativo do sentido, e a análise discursiva distingue-se da análise sêmio-narrativa, aquela da camada profunda. Mas a camada superficial não é uma “adição” à camada sêmio-narrativa profunda, já que ela supostamente rearticula os constructos sêmio-narrativos para complexificá-los e, principalmente, dar-lhes uma “roupagem” figurativa, espaço-temporal, actorial, etc. A partir de então, o discurso assim concebido é um “conjunto significante” completo e complexo, que compreende todos os elementos necessários a sua interpretação. Ele se deixa então apreender como “um todo de significação anterior a toda manifestação”.

Como a manifestação é também chamada de “textualização” nessa versão da teoria semiótica, compreende-se, portanto que o “discurso” recobre um domínio do percurso gerativo que está limitado, por um lado, pelas estruturas profundas e, por outro, pela manifestação textual. Em suma, “discurso” opõe-se aqui, em um sentido, a “estruturas elementares e narrativas” e, em outro, à “manifestação textual”.

Essa concepção deixa um problema capital em suspenso: se o “discurso” é realmente um “todo de significação”, ele é um “todo” não realizado, uma pura potencialidade organizada. É uma concepção da “atualização” discursiva das estruturas elementares e narrativas virtuais, mas que não é complementada por nenhuma teoria e nenhum método de descrição de sua realização, isto é, da própria manifestação, ainda que essa manifestação seja explicitamente identificada ao “texto”, sobretudo se a manifestação textual do discurso deve distinguir-se do plano da expressão.

Além do mais, ela é dificilmente articulável com a enunciação, que não pertence, na versão standard da teoria, ao percurso gerativo: a dimensão de ação e de interação, própria à noção de discurso em geral, deve, portanto, ser levada em conta graças a um acréscimo ulterior. A enunciação é, então, inserida entre as duas camadas do percurso gerativo, entre a “competência sêmio-narrativa” (a montante) e a “competência discursiva” (a jusante) (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 145-148). Assim, a enunciação supostamente conduz à manifestação textual.

O dicionário de Greimas e Courtés conclui, de fato, que “o problema de saber o que é o discurso – no sentido semiótico – permanece intacto”.

- Semiótica tensiva (Claude Zilberberg e Jacques Fontanille, etc.)

Para a semiótica greimasiana tensiva de Zilberberg e Fontanille (2001), o discurso é um ponto de vista: o ponto de vista “descendente” em relação ao percurso gerativo, o ponto de vista que afronta diretamente a complexidade da superfície, para reencontrar por análise e catálise, principalmente, as articulações elementares da tensividade, que darão acesso aos valores propriamente ditos.

O ponto de vista “discursivo” opõe-se ao ponto de vista “gerativo”, aquele que, ao contrário, concebe a complexificação progressiva e ascendente a partir dos elementos mais

simples. Esse ponto de vista permanece compatível com a concepção da “competência discursiva” de Greimas, mas propõe uma exploração dessa noção mais adaptada ao próprio movimento da análise. De fato, ela coloca em primeiro plano a complexidade do discurso enunciado.

O limite dessa proposição é claro: o “discurso” não tem mais existência atestada, e pode-se facilmente opor a ele a existência, ela própria atestada, dos discursos concretos, dos tipos e gêneros de discursos. Todavia, ela inverte a relação entre discurso, manifestação e texto: a análise aborda uma manifestação textual e nela descobre pouco a pouco uma organização submetida a uma enunciação, caracterizada como “discurso”. Em suma, ela transforma a complexidade manifestada em organização discursiva.

Essa concepção é compatível com a precedente, se os dois percursos, ascendente e descendente, são considerados eles próprios como igualmente pertinentes. Mas ela evita a questão da geração da manifestação textual, fazendo dela o termo *ad quo* da análise (enquanto na concepção greimasiana standard são as estruturas elementares que são o termo *ad quo* do percurso gerativo).

Observação: Encontra-se em toda obra de François Rastier uma refutação radical da noção de discurso assim concebida. Certamente, não é em Rastier que se deve buscar uma articulação do texto com o discurso, mas, entretanto, sua concepção faz um contraponto bem realista em relação à concepção da semiótica tensiva. Na verdade, a semântica interpretativa tem por objeto o texto, mas não considera, no entanto, que o conjunto dos procedimentos interpretativos provenha do “discurso”, nem mesmo que a análise reconfigure o texto a partir de uma enunciação. Em suma, Rastier evita cuidadosamente, ao mesmo tempo, reificar a prática de análise e introduzir a embaraçosa problemática da enunciação. Ele evita também, ao mesmo tempo, especificar a relação entre a significação dessa prática e a significação do texto. Enfim, para ele essa relação em si não tem sentido. No entanto, há uma concepção de “discurso” em Rastier, mas que não pode fundar enquanto tal uma semântica ou semiótica do discurso: o discurso, na verdade, é para ele sempre específico e típico, pois é “um conjunto de usos lingüísticos codificados atrelado a um tipo de prática social (exemplo: discurso jurídico, médico, religioso)”. Por ora, retenhamos essa relação entre prática, usos e tipo de uso restrito por um tipo de prática.

● Semiótica subjetal (J.-C. Coquet, etc.)

Para a semiótica “subjetal” proposta por Jean-Claude Coquet (1985), o discurso é uma alternativa epistemológica à semiótica textual, mas em um sentido diferente do da “análise de discurso”. Adotando a mesma posição de Benveniste quanto ao tema, o discurso é considerado por Coquet como uma “instância” de produção da significação. Essa filiação não conduziria necessariamente a outra concepção diferente da de Greimas, já que este último refere-se também a Benveniste para situar a enunciação entre as estruturas sêmio-narrativas e as estruturas discursivas. Entretanto, ela se distancia radicalmente da posição greimasiana, pois fundamenta em Coquet a oposição entre a análise da atividade produtiva e de suas instâncias e a análise do produto objetivado (o texto da semiótica “objetal”).

Esses dois pontos de vista epistemológicos interessam-se, no entanto, pelos mesmos fenômenos enunciativos e discursivos, mas, para um, trata-se de fenômenos reais e subjetiváveis e, para outro, de simulacros dispostos na objetividade textual. O limite dessa proposição reside na radicalização tática do ponto de vista epistemológico, que torna

particularmente difícil a articulação entre a instância de discurso, de um lado, e a objetividade textual, do outro.

O resultado disso é que a relação com o texto, em Coquet, é difícil de estabelecer, e, fato significativo, o índice remissivo de *La quête du sens* (COQUET, 1997) não contém a entrada “texto”.

- Semiótica suíça (J. Geninasca, etc.)

Jacques Geninasca, exprimindo-se de forma diferente, partilha esse mesmo ponto de vista epistemológico, a saber, que o discurso é uma atividade de produção, ou mais precisamente, uma atividade de “apreensões” que obedece a diversas formas de racionalidades. Mas a concepção de Geninasca, diferentemente da de Coquet, permite uma articulação entre o ponto de vista do discurso e o do texto. Em sua obra, essa concepção é até mesmo bem explícita: “O discurso só tem sentido e realidade para uma instância de enunciação, em virtude de estratégias enunciativas que, aplicando-se a um objeto textual, o transmutam em objeto semiótico” (GENINASCA, 1997, p. 8). Ou ainda: “Chamemos discurso o objeto que o leitor procura produzir a partir desse objeto denominado ‘texto’” (Idem, p. 65).

Mas nesse caso o problema desloca-se, pois é preciso especificar a natureza do objeto “texto”. Geninasca distingue, portanto, o “objeto textual” e o “texto”, o primeiro sendo apenas um conjunto de “virtualidades” entre as quais é preciso escolher algumas para “atualizá-las” pelo discurso, sendo o produto dessa atualização o “texto”. Dessa forma, texto e discurso acabam por confundir-se:

Ler, interpretar um enunciado, construir sua coerência, isso equivale a atualizar o texto – cujo objeto textual é apenas a promessa – em vista de apreendê-lo como um todo de sentido, como um conjunto organizado de relações, em outras palavras, como um discurso (Idem, p. 86).

Resumidamente, o “texto” é o “discurso”, no sentido em que o discurso atualiza as virtualidades significantes do objeto textual, para dele fazer um texto. Lembremos que, para Greimas, a enunciação e a competência discursiva produzem também um “texto” (a manifestação textual), mas a partir de estruturas profundas sêmio-narrativas (as estruturas da língua), e não a partir de dados de um objeto textual.

Portanto, resta ainda definir o que é um “objeto textual” que, na prática de Geninasca, não é tão virtual quanto ele diz, já que o objeto textual é um conjunto de elementos de natureza lingüística, enunciados e propriedades observáveis dos enunciados, cujos dispositivos e procedimentos causam problemas ao intérprete, e cuja solução reside nas “apreensões” operadas, que produzem formas significantes a partir da materialidade lingüística do texto.

Uma coleção de aporias

A semiótica do discurso parece ser então, sobretudo, constituída de aporias que jamais encontram soluções definitivas.

Por vezes, em Greimas, o discurso precede e condiciona o texto: o lugar do discurso está previsto no interior de um percurso gerativo, cuja manifestação final é o texto. No entanto, de um lado, a própria atividade do discurso perde toda sua substância e toda realidade, sendo reduzida a “simulacros” e, de outro, a manifestação sempre escapa à

descrição, já que esta última só pode dar conta das articulações do percurso gerativo, que conduzem apenas ao discurso, e que terminam antes da manifestação.

Outras vezes, em Coquet, o discurso e o texto estão um diante do outro: o ponto de vista do discurso reconhece que o texto possui uma organização própria, mas a delega ao domínio da pertinência de uma semiótica alternativa, a semiótica dita “objetal”, a semiótica de inspiração greimasiana. Conseqüentemente, essa concepção não chega a explicitar de que maneira essa organização (por exemplo, um percurso gerativo) pode ser considerada pela atividade de discurso *stricto sensu* e pelas instâncias que a compõem.

Ou ainda, por fim, em Geninasca, o texto, ao mesmo tempo, precede (como “objeto” lingüístico) e segue (como produto organizado) o discurso: a atividade de discurso é então privilegiada e precisamente articulada à materialidade textual, mas esta última é de alguma forma privada de qualquer organização significativa própria, já que o percurso gerativo, que dela dava conta, é, por princípio, recusado. O percurso proposto é aquele que religa “dados” a um “constructo”, em que o discurso ocupa o lugar da “construção”. A questão que se formula, portanto, é a de saber se há uma ou duas semióticas-objetos (a organização textual de um lado, e a significação da prática discursiva de outro), e Geninasca parece, entretanto, considerar que há apenas um só “todo de significação”.

Os níveis de pertinência

Pode-se sair dessas aporias? Certamente, não. Mas se pode, ao menos, identificar os problemas a tratar.

O primeiro é aquele da disjunção entre a atividade estruturante e a objetividade da estrutura textual. Se a materialidade textual não é considerada como organizada por seu próprio mérito, então o estatuto semiótico da atividade de estruturação discursiva é muito incerto: de qual realidade tratar-se-ia, se ela não fosse “cognitiva”, no sentido das pesquisas cognitivas atuais? Em Coquet, o estatuto dessa realidade é fenomenal, e não cognitivo: a fenomenalidade em questão é aquela de nosso modo de existência, nossa realidade de humanos mergulhados na linguagem, consubstanciais à atividade de linguagem.

Mas se o texto-objeto, como em Geninasca, é considerado somente como uma “máquina” de produzir problemas, a resolução dos problemas deve ser claramente situada, e o risco é que ela escape então, por direito, de uma abordagem semiótica.

Inversamente, se as condições da atividade interpretativa estão todas inscritas sob a forma de “simulacros” na objetividade textual, então não há, para bem dizer a verdade, atividade interpretativa, mas simples reconhecimento de formas e de processos já programados na manifestação. A solução do “percurso gerativo” não resolve inteiramente o problema, pois, de um lado, ela dá corpo a uma espécie de “simulacro” da atividade interpretativa, mas de outro, chega somente, com dificuldade, a articular-se do mesmo modo com a atividade enunciativa e com a manifestação observável. O simulacro da interpretação, sob forma de percurso gerativo, dá conta, neste caso, de uma atividade sem sujeito, e que trataria de um objeto sem existência ou não identificável.

Admitamos, para avançar na matéria, que se possa aceitar a co-existência dessas duas ordens de estruturação: por um lado, a objetividade textual é considerada como organizada, eventualmente, sob a forma de um percurso gerativo responsável por diferentes níveis de complexidade da estrutura significativa; por outro, a atividade discursiva é considerada como real, ou seja, ela se realiza, efetivamente, e pode ser descrita ao mesmo tempo na perspectiva de uma teoria das “instâncias” de produção, e naquela das “racionalidades” que presidem as apreensões significantes. As “instâncias do discurso” remeteriam a uma problemática das

identidades actanciais e modais, e as “apreensões discursivas”, assim como as racionalidades que as sustentam, a uma problemática do agir discursivo.

A questão do estatuto semiótico dessa atividade permanece intacta: se, por si mesma, ela engendra organizações significantes, deve poder ser descrita enquanto tal, na sua relação com a estruturação textual, mas sem com ela confundir-se. Essa atividade discursiva só pode, portanto, receber um estatuto semiótico explícito e apreensível, enquanto “prática” (ou como dizem Geninasca e Éric Landowski, como “estratégias”). A prática e a estratégia não são da mesma natureza do texto (se não, recai-se na aporia dos puros simulacros), e é preciso então distinguir dois níveis de pertinência (ou dois “planos de imanência”) e considerar seriamente suas articulações. A partir de então, o texto-enunciado constitui um desses planos de imanência e a prática e a estratégia próprias ao discurso, um ou dois outros planos de imanência. Graças aos procedimentos de integração entre os diferentes planos de imanência, o texto-enunciado pode tornar-se uma das instâncias da prática ou da estratégia discursivas, sendo ele mesmo o “objeto” a ser transformado em “todo de significação”.

Em suma, a semiótica do discurso resulta apenas em insolúveis aporias porque pretende tratar diretamente e exclusivamente da organização interna das semióticas-objeto (nesse caso, objetos textos ou textos-enunciados), por meio daquilo que lhe é próprio, isto é, a atividade discursiva – que é o que a leva, no final das contas, a confundir os dois planos de imanência. Ela poderia sair dessas aporias se admitisse que é justamente da relação entre duas semióticas objetos que se ocupa: entre uma semiótica-objeto textual, de um lado, e uma semiótica-objeto “prática” e/ou “estratégica”, de outro.

Os constituintes da semiótica do discurso

Pode-se agora formular a questão dos componentes dessa instância de discurso, dessa “mediação” entre dois planos de imanência, ou seja, do conjunto das condições para que uma atividade de linguagem produza conjuntos significantes interpretáveis. Obtém-se assim um certo número de atos, de processos e de propriedades que podem ser considerados como constitutivos, ao mesmo tempo, do plano de imanência da “prática discursiva” e de sua articulação com o plano de imanência do texto-enunciado:

- A “tomada de posição” da instância de discurso determina a relação expressão/conteúdo:
 - Esse ato permite fundar a semiose na atividade de discurso;
 - Relaciona essa relação fundamental à constituição somática das instâncias de discurso (o corpo enunciante);
 - E constitui de imediato a prática discursiva como circunscrita em um “campo” sensível e dinâmico.

- O campo de presença, o campo posicional, os actantes posicionais e as instâncias da atividade discursiva:
 - O campo de presença baseia-se nos afetos elementares produzidos pelas tensões diversas, em relação com os outros planos de imanência, sejam inferiores (o texto-enunciado), sejam superiores (estratégias e formas de vida).
 - O campo posicional e os actantes posicionais fornecem uma primeira estruturação, em termos existenciais (cf. o percurso dos modos de existência que, a partir da virtualização e da potencialização, conduz à atualização e à realização) e em termos de orientação actancial mínima (a fonte, o alvo e o controle, para a consideração das visadas e das apreensões).
 - As instâncias da atividade são então produtos de modalização e de patemização específicos dos precedentes.

- O percurso de iconização e a estabilização de formas e de processos:
 - A produção de significação é processual, parte da apreensão sensível dos fenômenos e conduz ao reconhecimento de formas e processos estabilizáveis.
 - Esse percurso pode ser apreendido, especialmente, graças à tríade peirciana, mas, sobretudo, sob a forma dos processos de estabilização icônica descritos por J.-F. Bordron.
 - De uma maneira geral, é também nesse tipo de percurso que se produzem os fenômenos de resolução das heterogeneidades, de resolução retórica, de sincretismos e sinestésias, etc.

- As racionalidades e as apreensões, os esquemas tensivos e os esquemas canônicos:
 - Se a atividade discursiva é ao mesmo tempo autônoma e correlata de outros níveis de pertinência, então essas ligações devem poder, elas mesmas, ser objeto de uma descrição e de reconhecimento por iconização e estabilização.
 - A ligação com os níveis de pertinência superiores (estratégias e formas de vida) pode ser, desse modo, caracterizada, dentre outras formas, pelas grandes racionalidades que condicionam as estratégias de apreensões (molar, semântica, técnica e impressiva).
 - A ligação com os níveis de pertinência inferiores (textos-enunciados e signos) pode ser caracterizada pelas esquematizações que a atividade discursiva produz e/ou reconhece nas organizações do texto-enunciado: esquemas tensivos elementares, portadores dos afetos, e esquemas canônicos, portadores das organizações sintagmáticas que a prática interpretativa pôde estabilizar no interior de uma forma de vida cultural qualquer.

Referências Bibliográficas

- BORDRON, Jean-François. Réflexions sur la genèse esthétique du sens. In: PALMIERI, Ch. (org). Faire, voir, dire. **Protée**, v. 26, n. 2, 1998. pp. 97-104.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu et al. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- COQUET, Jean-Claude. **La quête du sens**. Paris: PUF, 1997.
- COQUET, Jean-Claude. **Le discours et son sujet I**. Paris: Klincksieck, 1985.
- FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. Trad. Ivã Carlos Lopes et al. São Paulo: Discurso/ Humanitas, 2001.
- GENINASCA, Jacques. **La parole littéraire**. Paris: PUF, 1997.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTES, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1983.
- RASTIER, François. **Sémantique interpretative**. Paris: PUF, 1987.